



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista de Controle  
Área Econômica**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

**Perspectiva de Montesquieu**

O grande pensador francês Montesquieu (1689-1755) é um dos mais importantes intelectuais na história das ciências jurídicas. A grande originalidade de sua obra maior – **O espírito das leis** – consiste na revolução metodológica. O método de Montesquieu comporta dois aspectos inter-relacionados, que podem ser distinguidos com clareza. O primeiro exclui da ciência social toda perspectiva religiosa ou moral; o segundo afasta o autor das teorias abstratas e dedutivas e o dirige para a abordagem descritiva e comparativa dos fatos sociais.

Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos. Montesquieu, ao contrário, reduz as instituições a causas puramente humanas. Segundo ele, introduzir princípios teológicos no domínio da história, como fatores explicativos, é confundir duas ordens distintas de pensamento. Deliberadamente, dispõe-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandona tal projeto.

Já nas primeiras páginas do **Espírito das leis** ele adverte o leitor contra um possível mal-entendido no que diz respeito à palavra “virtude”, que emprega amiúde com significado exclusivamente político, e não moral. Para Montesquieu, o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como são e não como deveriam ser. Enquanto não forem abordados como independentes de fins religiosos e morais, jamais poderão ser compreendidos. As ciências humanas deveriam libertar-se da visão finalista, como já haviam feito as ciências naturais, que só progrediram realmente quando se desvencilharam do jugo teológico.

Para o debate moderno das relações que se devem ou não travar entre os âmbitos do direito, da ciência e da religião, Montesquieu continua sendo um provocador de alto nível.

(Adaptado de **Montesquieu – Os Pensadores**. S. Paulo: Abril, 1973)

1. O método original pelo qual Montesquieu se orienta ao escrever **O espírito das leis** tem como primeira característica promover
- (A) uma convergência mais natural entre as bases do pensamento teológico e as das instituições civis.
  - (B) o caráter dedutivo dos estudos jurídicos, a se desenvolverem com base em teses e hipóteses investigativas.
  - (C) a separação radical entre o âmbito dos valores teológicos e morais e o das políticas e ciências humanas.
  - (D) a supressão dos valores éticos morais, em nome de uma exclusiva ordem constitucional anticlerical.
  - (E) o confronto entre as prioridades de um Estado religioso e as de um Estado laico, tendo em vista uma síntese conciliatória.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Foi a grande importância que Montesquieu atribuía aos estudos de filosofia pura que o levou a compor um tratado como **O espírito das leis**, um monumento dedicado à metafísica do Direito.
  - II. Para Montesquieu, as instituições humanas devem ser vistas como tais, ou seja, criações do homem, devendo por isso ser tratadas como fenômenos políticos, e não como manifestações místicas.
  - III. Montesquieu, em suas reflexões sobre as instituições e as leis, deixava-se orientar pelo pensamento utópico, prefigurando, como homem de imaginação que era, a realização espiritual e ideal dos homens.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Quanto ao primeiro, constituía um solapamento do finalismo teológico e moral que ainda predominava na época, segundo o qual todo o desenvolvimento histórico do homem estaria subordinado ao cumprimento de desígnios divinos.

Com base no trecho acima, é correto afirmar:

- (A) a palavra *solapamento* está empregada no sentido de **implementação** ou **suprimento**.
- (B) na expressão *segundo o qual*, o elemento sublinhado reporta-se diretamente a *desenvolvimento histórico*.
- (C) a expressão *desígnios divinos* tem sentido oposto ao da expressão *finalismo teológico*.
- (D) o *desenvolvimento histórico do homem* era visto, até então, em função do *finalismo teológico e moral*.
- (E) a expressão *cumprimento de desígnios divinos* deve ser entendida como **extensão da autoridade de Deus**.

4. Está inteiramente clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Montesquieu valeu-se, em **O espírito das leis**, do conceito político de “virtude”, escoimando essa palavra de qualquer ressonância de ordem moral ou religiosa.
- (B) Para que não se confundissem os leitores, Montesquieu advertiu-os que a palavra “virtude” ali empregada não detinha terminologia religiosa, conquanto apenas política.
- (C) Era mister de Montesquieu desconsiderar o desígnio divino, razão pela qual fixou no termo “virtude” o censo de sentido político que a palavra deveria transpirar.
- (D) Em **O espírito das leis**, propunha Montesquieu a tratar das instituições de fato humanas, tendo por isso empregado a palavra “virtude” em sentido material, e não teológico.
- (E) Ao conceito moral de “virtude” opôs-se Montesquieu, preterindo-o uma vez que lhe preferia no sentido político, tendo para isso alertado seus leitores em **O espírito das leis**.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas em:
- (A) Para os leitores de qualquer época seriam úteis reconhecer os dois métodos que regiam Montesquieu em **O espírito das leis**.
- (B) Muito terão a ganhar, sejam quais forem as convicções de uma época, quem se disponha a refletir sobre as ideias de Montesquieu.
- (C) À exceção dos que professam ardentemente uma fé, leitores de Montesquieu haverão sempre, para endossar com ânimo suas teses.
- (D) Segundo Montesquieu, não cabem aos homens preocupar-se com a finalidade religiosa das instituições, mas sim com a finalidade política.
- (E) No século XVIII não se ateu aos princípios morais religiosos quem, como Montesquieu, os preferis-se para priorizar os princípios da política.
- 
6. A oração sublinhada exerce a função de **sujeito** dentro do seguinte período:
- (A) Montesquieu preferiu guiar-se pelos valores civis, em vez de se deixar levar pelo finalismo religioso.
- (B) A um espírito sensível e religioso não convém ler um filósofo como Montesquieu buscando apoio espiritual.
- (C) Um estudo sério da história das ciências jurídicas não pode prescindir dos métodos de que se vale Montesquieu em O espírito das leis.
- (D) As ciências humanas deveriam libertar-se da religião, assim como ocorreu com as ciências naturais.
- (E) O método de Montesquieu valorizou as instituições humanas e solapou o finalismo teológico e moral.
- 
7. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original composto por dois aspectos inter-relacionados: que serviam a seu propósito condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (B) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método, original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável, para muitos, de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (C) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados que serviam a seu propósito, condenável para muitos, de ver como excludentes o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (D) No século das Luzes Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar por um método original, composto, por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito condenável para muitos: de ver como excludentes, o finalismo religioso e o fenômeno político.
- (E) No século das Luzes, Montesquieu, em sua obra maior, deixou-se guiar, por um método original, composto por dois aspectos inter-relacionados, que serviam a seu propósito, condenável, para muitos de ver como excludentes o finalismo religioso, e o fenômeno político.
- 
8. Está INADEQUADA a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) Enquanto não fossem abordados como independentes de fins religiosos e morais, os fatos humanos jamais seriam compreendidos, acreditava Montesquieu.
- (B) Deliberadamente, Montesquieu dispunha-se a permanecer nos estritos domínios dos fenômenos políticos, e jamais abandonaria tal projeto.
- (C) Ele mais de uma vez advertiu o leitor contra um possível mal-entendido no que dizia respeito à palavra "virtude", que empregava amiúde com significado exclusivamente político.
- (D) O primeiro aspecto do método excluía da perspectiva social todo valor religioso, ao passo que o segundo afastasse o autor das abstrações teóricas.
- (E) Segundo a moral que predomina na época, o desenvolvimento histórico do homem deve subordinar-se ao cumprimento dos desígnios divinos.
- 
- Noções de Direito Constitucional**
9. Henrique decide organizar uma passeata em prol da proteção do meio ambiente. No dia marcado, mais de cem pessoas se reúnem no centro da cidade, munidas de bandeiras e cartazes para expressar suas opiniões sobre a causa a ser defendida. Para que a referida manifestação esteja conforme os ditames constitucionais,
- (A) dependerá de prévia autorização judicial, para que a autoridade competente verifique se a reunião possui fins pacíficos.
- (B) ao final da manifestação, seu organizador deverá prestar contas ao Poder Público e ressarcir eventuais danos causados ao patrimônio público.
- (C) poderá ser realizada em local aberto ao público, desde que a autoridade competente tenha sido previamente avisada sobre o evento.
- (D) estará condicionada à existência prévia de associação que se responsabilize por sua realização e tenha, entre seus fins, a defesa do meio ambiente.
- (E) deverá ser organizada sob a forma de comício, uma vez que a Constituição não autoriza a realização de reuniões móveis.
- 
10. Conforme a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil,
- (A) o Distrito Federal, por sua condição peculiar de capital federal, não possui autonomia e não pode ser dividido em Municípios.
- (B) os Territórios Federais integram os Estados-Membros aos quais pertencem e suas competências são reguladas por lei complementar.
- (C) a República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados-Membros, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios, todos dotados de autonomia.
- (D) os Estados-Membros podem se subdividir, mas não podem se desmembrar para se anexarem a outros Estados-Membros, pois, neste caso, ofenderão o princípio constitucional que proíbe a secessão.
- (E) o Distrito Federal rege-se por lei orgânica e possui competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.



11. A Constituição do Estado do Paraná
- (A) não é dotada de preâmbulo, visto que apenas a Constituição Federal, por ser fruto de um Poder Constituinte Originário, pode conter um dispositivo para a abertura da ordem constitucional.
  - (B) determina que a cidade de Curitiba é a Capital do Estado, a qual somente poderá ser mudada mediante lei complementar e após consulta plebiscitária.
  - (C) prevê a possibilidade de o governador do Estado editar medidas provisórias, em respeito ao princípio da simetria relacionado às regras do processo legislativo estadual.
  - (D) determina que as leis complementares estaduais são aprovadas por maioria simples dos integrantes da Assembleia Legislativa.
  - (E) estabelece que o controle externo das contas públicas estaduais, a cargo do Poder Executivo, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
12. Em relação à nacionalidade, determina a Constituição Federal que
- (A) a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização será declarada, por decisão do Ministério da Justiça, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
  - (B) os cargos de Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça e de oficial das Forças Armadas são privativos de brasileiro nato.
  - (C) as normas constitucionais não poderão estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
  - (D) o brasileiro não perderá a nacionalidade no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
  - (E) os direitos inerentes aos brasileiros serão atribuídos aos portugueses, independentemente de residirem no Brasil ou no exterior, como reciprocidade aos laços entre Brasil e Portugal durante o período colonial.
13. Sobre a disciplina constitucional dos direitos políticos, é correto afirmar que
- (A) os analfabetos, embora possam exercer o direito de voto, são considerados inelegíveis.
  - (B) o Presidente da República, para concorrer à reeleição, deve renunciar ao respectivo mandato até seis meses antes do pleito.
  - (C) o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de dez dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
  - (D) a soberania popular será exercida diretamente por meio de voto, iniciativa popular, referendo, plebiscito, ação popular, participação no júri, bem como por meio de decisão em processo de *impeachment*.
  - (E) a elegibilidade tem como condições a nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, a filiação partidária e a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador.
14. A Câmara dos Deputados tem competência privativa para
- (A) exercer o controle externo das contas públicas com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
  - (B) julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
  - (C) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
  - (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
  - (E) determinar os limites de emissão da moeda bem como o montante da dívida mobiliária federal.
15. Sobre as disposições constitucionais referentes ao processo legislativo ordinário, é correto afirmar que
- (A) o Congresso Nacional não pode rejeitar projeto de lei advindo de iniciativa popular.
  - (B) o Senado Federal é a casa inicial para discutir e votar projetos de lei de iniciativa do Presidente da República.
  - (C) matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto se, quando reproposto, apresentar fundamentação diversa da do projeto original.
  - (D) matéria relacionada à modificação de efetivos das Forças Armadas não pode ser objeto de deliberação legislativa.
  - (E) projeto de lei cujo veto tenha sido derrubado pelo Congresso Nacional será enviado para promulgação ao Presidente da República.
16. Nos termos da Constituição Federal, a competência privativa do Presidente da República poderá ser delegada no caso de
- (A) decretação do estado de defesa, de sítio e intervenção federal.
  - (B) concessão de indulto e comutação de penas.
  - (C) elaboração de decretos e regulamentos para a fiel execução da lei.
  - (D) edição de medidas provisórias com força de lei.
  - (E) celebração de tratados, convenções e atos internacionais.
- Noções de Direito Administrativo**
17. Em contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93,
- (A) a alteração qualitativa ou quantitativa do seu objeto, não é admitida em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
  - (B) admitem-se acréscimos quantitativos, no limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, podendo chegar a 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento.
  - (C) a supressão de obras, serviços ou compras contratados, não é admitida exceto com a expressa concordância do contratado.
  - (D) a alteração qualitativa, não é admitida mas apenas a quantitativa, para acréscimos ou supressões do objeto contratado, até o limite de 50% do valor inicial atualizado do contrato.
  - (E) a alteração qualitativa é admitida, quando houver modificação do projeto ou das especificações, vedadas alterações quantitativas.



18. De acordo com a legislação que disciplina o processo administrativo (Lei Federal nº 9.784/99), os recursos administrativos
- (A) podem ser interpostos, não apenas por aqueles que forem parte no processo, mas também por aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.
  - (B) podem ter como titulares de direitos e interesses apenas os que forem parte no processo e as organizações e associações de classe no tocante aos direitos individuais atingidos.
  - (C) tramitam, no máximo, por duas instâncias administrativas, admitindo-se a reconsideração pela autoridade prolatora da decisão, que deve se manifestar no prazo máximo de 10 dias.
  - (D) tramitam, no máximo, por três instâncias administrativas, não cabendo juízo de reconsideração pela autoridade prolatora da decisão.
  - (E) podem ser interpostos apenas em relação às razões de legalidade da decisão, vedada a discussão do mérito administrativo, e exigem o oferecimento de caução, salvo quando dispensada pela autoridade recorrida.
- 
19. Determinada empresa privada, concessionária de serviço público, está sendo acionada por usuários que pleiteiam indenização por prejuízos comprovadamente sofridos em razão de falha na prestação dos serviços. A propósito da pretensão dos usuários, é correto concluir que
- (A) depende de comprovação de dolo ou culpa do agente, eis que as permissionárias e concessionárias de serviço público não estão sujeitas à responsabilização objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço público.
  - (B) atinge a empresa concessionária, independentemente de comprovação de dolo ou culpa, porém é afastada quando não comprovado o nexo de causalidade, bem como quando comprovada culpa exclusiva da vítima.
  - (C) atinge apenas o concedente do serviço, o qual possui responsabilidade extracontratual de natureza objetiva por danos causados a terceiros na prestação do serviço concedido.
  - (D) atinge a concessionária apenas se comprovada conduta dolosa ou culposa, a qual, uma vez condenada, possui o direito de regresso em face do poder concedente.
  - (E) atinge apenas o concedente do serviço, que somente será condenado em caso de comprovação de dolo ou culpa da empresa concessionária e terá contra a mesma o correspondente direito de regresso.
- 
20. A Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre improbidade administrativa, alcança os
- (A) agentes públicos, desde que com vínculo permanente, mandato ou cargo, nas entidades integrantes da Administração direta ou indireta de todos os Poderes.
  - (B) atos dolosos, exclusivamente, desde que ensejem lesão ao patrimônio público ou violação aos princípios aplicáveis à Administração Pública, praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração.
  - (C) agentes públicos e os particulares que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiem de forma direta ou indireta.
  - (D) atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes de todas as esferas da federação, excluídas as entidades privadas que recebam recursos públicos exclusivamente a título de subvenção.
  - (E) atos dolosos ou culposos praticados por agentes públicos ou por particulares com vínculo com a Administração, desde que causem, cumulativamente, lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito.
- 
21. De acordo com legislação que rege licitações e contratos administrativos, são ADEQUADAS as modalidades licitatórias
- (A) leilão para alienação de bens móveis e imóveis avaliados em até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e concorrência para alienação de bens móveis e imóveis acima deste valor.
  - (B) pregão para aquisição de bens de natureza comum e para alienação de bens inservíveis e convite para compras de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
  - (C) concurso para contratação de serviços técnicos especializados e tomada de preços para compras até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
  - (D) concorrência para concessões e para alienação de imóveis de qualquer valor e pregão para aquisição de bens e serviços comuns.
  - (E) tomada de preços para aquisição de bens de natureza comum e convite para contratação de serviços de natureza comum, em ambos os casos, independentemente do valor estimado.
- 
22. A respeito do controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar:
- (A) Em face da presunção de veracidade e de legitimidade, não admitem exame judicial no que diz respeito à motivação.
  - (B) Em face da presunção de legalidade, somente podem ser anulados judicialmente quando comprovada violação de norma de competência ou de forma.
  - (C) Apenas os atos vinculados são passíveis de controle judicial, vedando-se o exame dos aspectos de conveniência, oportunidade e legalidade dos atos discricionários.
  - (D) Todos os aspectos do ato administrativo são passíveis de exame pelo Poder Judiciário, exceto o mérito administrativo dos atos vinculados.
  - (E) Os atos discricionários são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos aspectos de legalidade e, quanto ao mérito, podem ser invalidados se constatado desvio de finalidade ou ausência dos motivos determinantes para a sua prática.



23. Inserem-se entre as entidades integrantes da Administração pública indireta, além das empresas públicas, as
- (A) sociedades de economia mista, as fundações públicas e as Organizações Sociais ligadas à Administração por contrato de gestão.
  - (B) autarquias, fundações e sociedades de economia mista, que são pessoas jurídicas de direito público.
  - (C) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, que se submetem ao mesmo regime jurídico das empresas privadas e aos princípios aplicáveis à Administração Pública.
  - (D) fundações e autarquias, excluídas as sociedades de economia mista.
  - (E) sociedades de economia mista, exceto as que operam no domínio econômico em regime de competição com as empresas privadas.
- 
24. De acordo com a Lei nº 8.666/93, as exigências relativas à qualificação econômico-financeira dos licitantes
- (A) compreendem a apresentação de balanço e demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a exigência valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.
  - (B) não podem contemplar a apresentação de garantia de execução do contrato, podendo-se, contudo, exigir dos licitantes a apresentação de índices que comprovem a capacidade financeira e faturamento anterior, compatíveis com o objeto da licitação.
  - (C) podem contemplar a exigência de garantia, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, limitada a 5% do valor estimado da contratação, vedada a exigência simultânea de índices de rentabilidade.
  - (D) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e relação de compromissos que possam comprometer a capacidade de execução do objeto licitado, vedada a exigência de apresentação de balanço ou balancetes.
  - (E) restringem-se à apresentação de certidões negativas de falência e recuperação judicial e de balanço e demonstrações financeiras do último exercício, admitindo-se a exigência de garantia apenas para objetos de grande vulto e alta complexidade.
- 

#### Raciocínio Lógico

25. Sabe-se que os termos da sequência (8, 9, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 26, ...) foram obtidos segundo uma lei de formação. De acordo com essa lei, o 13º termo dessa sequência é um número
- (A) par.
  - (B) primo.
  - (C) divisível por 3.
  - (D) múltiplo de 4.
  - (E) quadrado perfeito.
- 
26. Em um escritório trabalham 10 funcionários: 5 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Dispõe-se de 10 fichas numeradas de 1 a 10, que serão usadas para sortear dois prêmios entre esses funcionários e, para tal, cada mulher receberá uma ficha numerada de 1 a 5, enquanto que cada homem receberá uma numerada de 6 a 10. Se, para o sorteio, as fichas das mulheres forem colocadas em uma urna M e as dos homens em uma urna H, então, ao sortear-se uma ficha de cada urna, a probabilidade de que em pelo menos uma delas esteja marcado um número ímpar é de
- (A) 24%.
  - (B) 38%.
  - (C) 52%.
  - (D) 68%.
  - (E) 76%.
-



27. Considere que as seguintes premissas são verdadeiras:
- I. Se um homem é prudente, então ele é competente.
  - II. Se um homem não é prudente, então ele é ignorante.
  - III. Se um homem é ignorante, então ele não tem esperanças.
  - IV. Se um homem é competente, então ele não é violento.

Para que se obtenha um argumento válido, é correto concluir que se um homem

- (A) não é violento, então ele é prudente.
  - (B) não é competente, então ele é violento.
  - (C) é violento, então ele não tem esperanças.
  - (D) não é prudente, então ele é violento.
  - (E) não é violento, então ele não é competente.
- 
28. Quando faziam uma excursão pela Serra do Mar, quatro amigos perderam-se e, tarde da noite, depararam-se com uma ponte de corda que, a cada travessia, só suportava o peso de, no máximo, duas pessoas. Além disso, dada a escuridão que se apresentava no momento, fez-se necessário, a cada travessia, usar o único lampião que dispunham, para que fosse minimizado o risco a que seriam submetidos. Supondo-se que, por travessia, Alice gaste 6 minutos, Bráulio gaste 8 minutos, Canuto gaste 12 minutos e Dalila gaste 15 minutos, então, o menor tempo que seria gasto até que todos atravessassem tal ponte é
- (A) 55 minutos.
  - (B) 53 minutos.
  - (C) 50 minutos.
  - (D) 45 minutos.
  - (E) 42 minutos.

---

#### Controle Externo da Administração Pública

29. Compete ao Tribunal de Contas
- (A) julgar as contas apresentadas pelos órgãos fiscalizadores de categorias profissionais.
  - (B) apreciar, para fins de registro, as nomeações para provimento de cargo em comissão.
  - (C) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão ao Chefe do Poder Executivo.
  - (D) prestar informações solicitadas pelo Poder Legislativo sobre a fiscalização contábil, operacional, financeira, patrimonial, orçamentária e ambiental.
  - (E) realizar, por iniciativa própria, inspeções e auditorias.
- 
30. Nos termos da Lei Orgânica do TCE/PR, além da apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, o Tribunal de Contas também emite parecer prévio, por solicitação da Assembleia Legislativa, sobre
- (A) o relatório das atividades desenvolvidas pelo próprio Tribunal.
  - (B) o cumprimento de metas.
  - (C) editais de licitação por ela elaborados.
  - (D) a proposta orçamentária.
  - (E) convênios entre o Estado e os Municípios.
- 
31. A Constituição Federal estabelece que os Tribunais de Contas estaduais serão integrados por
- (A) três Conselheiros.
  - (B) cinco Conselheiros.
  - (C) sete Conselheiros.
  - (D) nove Conselheiros.
  - (E) onze Conselheiros.



32. O Prefeito de um município do Estado do Paraná celebrou termo de parceria com uma entidade assistencial, sem fins lucrativos, para promover aulas a analfabetos. Todavia, a beneficiária negou-se a prestar contas ao TCE/PR, alegando que esse ato estava fora de sua jurisdição. A medida tomada pela entidade pode ser considerada
- (A) correta, uma vez que a competência para fiscalização de despesas relacionadas à educação de analfabetos é do Tribunal de Contas da União.
  - (B) incorreta, uma vez que a jurisdição do TCE/PR abrange qualquer entidade que utilize bens e valores públicos.
  - (C) incorreta, salvo se os valores repassados não excederam a 0,01% do orçamento anual do Município.
  - (D) correta, uma vez que a beneficiária é entidade sem fins lucrativos.
  - (E) correta, uma vez que a beneficiária não é órgão público.
- 
33. Nos termos previstos na Constituição Federal, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de
- (A) demissão a bem do serviço público.
  - (B) responsabilidade subsidiária.
  - (C) responsabilidade solidária.
  - (D) exoneração.
  - (E) suspensão.
- 
34. A Constituição Federal estabelece que as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de
- (A) decisão preliminar.
  - (B) título executivo.
  - (C) precatório.
  - (D) sentença normativa.
  - (E) título judicial.
- 
35. A verificação de desvio de finalidade enseja o julgamento
- (A) irregular e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (B) irregular e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (C) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (D) regular, com ressalvas, e a fixação de responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
  - (E) regular, com ressalvas, e, no caso de dano ao erário, a fixação de responsabilidade solidária do agente público que praticou o ato irregular.
- 
36. A titularidade do controle externo é do
- (A) Poder Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas.
  - (B) Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas.
  - (C) Poder Judiciário, com o auxílio do Tribunal de Contas.
  - (D) Tribunal de Contas, com o auxílio do Poder Legislativo.
  - (E) Ministério Público, com o auxílio do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas.
- 
37. A consulta ao TCE/PR poderá ser formulada, dentre outros interessados, por
- (A) qualquer cidadão.
  - (B) partido político.
  - (C) qualquer associação.
  - (D) sindicato.
  - (E) órgão fiscalizador de categoria profissional.





38. Um Prefeito de um Município do Estado do Paraná teve um determinado ato por ele praticado julgado irregular por decisão monocrática do TCE/PR, publicada no diário oficial de 10 de outubro (segunda-feira) de 2011. Não conformado com o decidido, interpôs, no dia 24 do mesmo mês, recurso de revista com pedido de efeitos devolutivo e suspensivo. A medida tomada pelo administrador pode ser considerada
- (A) adequada, todavia somente caberá efeito suspensivo se constatado risco iminente de lesão grave e de difícil reparação.
  - (B) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo. Todavia, poderá ser recebido, pois não houve indício de má-fe e foi respeitado o prazo do recurso correto.
  - (C) adequada, todavia o recurso de revista só admite efeito devolutivo.
  - (D) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de agravo e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.
  - (E) inadequada, uma vez que contra decisões monocráticas cabe recurso de revisão e não foi respeitado o prazo do recurso correto, que é de dez dias.

---

#### Auditoria

39. O modelo COSO I é uma ferramenta que permite ao administrador revisar e melhorar seu sistema de controle interno e foi estruturado com base em cinco componentes: ambiente interno ou de controle, avaliação de risco, procedimentos ou atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. O modelo COSO II pode ser considerado mais abrangente, pois possuiu, além desses, mais três componentes. São eles:
- (A) definição de objetivos, identificação de riscos e resposta aos riscos.
  - (B) definição de objetivos, identificação de riscos e circularização de documentos.
  - (C) tabela de evidências, definição de riscos e circularização de documentos.
  - (D) tabela de evidências, resposta de riscos e circularização de documentos.
  - (E) definição de objetivos, tabela de evidências e resposta de riscos.
- 
40. A fase da auditoria em que se determina o momento da realização de cada uma das tarefas é chamada de
- (A) planejamento.
  - (B) análise de risco.
  - (C) estudo de caso.
  - (D) evidenciação.
  - (E) seleção de programa de trabalho.
- 
41. Risco de auditoria pode ser definido como a possibilidade do auditor
- (A) não encontrar os documentos, processos nem demonstrativos necessários à realização dos trabalhos.
  - (B) trabalhar com informações falsas, fraudulentas ou incompletas.
  - (C) ter sua integridade física ameaçada em razão de sua opinião.
  - (D) expressar uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorções relevantes.
  - (E) emitir parecer inconcluso pelo tempo de auditoria exíguo estabelecido na fase de planejamento.
- 
42. Sobre os papéis de trabalho é correto afirmar que são
- (A) de propriedade da empresa ou órgão auditado.
  - (B) documentos elaborados pelo auditor na fase que antecede o planejamento da auditoria.
  - (C) o conjunto de formulários que contém os apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame.
  - (D) as atividades desempenhadas por cada integrante do grupo de auditoria.
  - (E) os documentos, selecionados pelo auditor, que devem ficar arquivados por, pelo menos, dez anos após a emissão do parecer de auditoria.
- 
43. Quando as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o auditor emite um parecer
- (A) conclusivo.
  - (B) sem especificações.
  - (C) extroverso.
  - (D) finalístico.
  - (E) sem ressalva.
- 
44. Na análise dos demonstrativos contábeis, um auditor deparou-se com valores inconsistentes. Diante desse fato, após a verificação da validade das alternativas, para a execução da auditoria ele adotou o menor valor para os componentes do ativo e o maior para os do passivo. A medida tomada pelo auditor atendeu ao princípio da
- (A) entidade.
  - (B) prudência.
  - (C) razoabilidade.
  - (D) oportunidade.
  - (E) competência.



## Administração Financeira e Orçamentária

45. Considere:

1	Receita Tributária
2	Subvenções Sociais
3	Receita Patrimonial
4	Investimentos
5	Operações de Crédito
6	Inversões Financeiras
7	Alienações de Bens
8	Subvenções Econômicas
9	Amortização de Empréstimos
10	Amortização da Dívida Pública

Com base no quadro acima, podem ser classificados como receita e despesa de capital, respectivamente, os itens

- (A) 1 e 2.
- (B) 4 e 5.
- (C) 3 e 8.
- (D) 6 e 7.
- (E) 9 e 10.

46. O regime de adiantamento

- (A) pode ser aplicado a qualquer tipo de despesa.
- (B) é exceção à regra do prévio empenho.
- (C) pode ser feito a servidor em alcance, desde que este ainda não tenha sido condenado judicialmente.
- (D) é vedada sua concessão a servidor já responsável por dois adiantamentos.
- (E) é proibida sua concessão a servidor ocupante de cargo em comissão em razão de sua natureza precária.

47. O ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é

- (A) o lançamento da receita.
- (B) a inscrição em dívida ativa.
- (C) o pagamento.
- (D) o empenho.
- (E) a liquidação.

48. Os anexos de metas e riscos fiscais integram

- (A) a Lei Orçamentária Anual.
- (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) o Plano Plurianual.
- (D) o Balanço Orçamentário.
- (E) a Demonstração de Variações Patrimoniais.

49. No dia 30 de janeiro do penúltimo ano de mandato, o prefeito de um município do Estado do Paraná realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária para atender insuficiência de caixa, obrigação que foi liquidada em 15 de dezembro do mesmo ano. Nesse caso,

- (A) houve ilegalidade, uma vez que não é possível contratar esse tipo de operação de crédito nos dois últimos anos de mandato do Prefeito Municipal.
- (B) não houve ilegalidade, eis que respeitado o prazo limite para contratação desse tipo de operação de crédito, que é somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- (C) houve ilegalidade, pois a liquidação deveria ter ocorrido até o dia 10 de dezembro do ano da contratação.
- (D) houve ilegalidade, uma vez que a operação de crédito foi contratada para atender insuficiência de caixa, hipótese que configura planejamento inadequado.
- (E) não houve ilegalidade, eis que ocorreu a liquidação total do débito.

50. Ao final de um determinado bimestre, a Prefeitura de um Município do Estado do Paraná verificou a possibilidade da realização de receitas não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal. Diante desse fato, a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê como medida obrigatória

- (A) realizar limitação de empenho e movimentação financeira.
- (B) fazer reestruturação administrativa.
- (C) suspender a execução dos contratos em vigor por trinta dias, salvo aqueles referentes a serviços essenciais.
- (D) revogar certames licitatórios que ainda não geraram contratos.
- (E) cancelar os concursos para admissão de pessoal que ainda não tenham sido homologados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: As questões de números 51 a 74 referem-se a Microeconomia e Macroeconomia.

51. Em relação à teoria do consumidor, considere:

- I. As curvas de indiferença mais baixas são preferíveis às mais altas, assumindo-se a premissa da não saciedade e da transitividade na ordenação das preferências do consumidor.
- II. No equilíbrio do consumidor com dois bens, a taxa de marginal de substituição entre eles é igual à razão entre seus preços.
- III. A inclinação das curvas de indiferença do consumidor é função do preço relativo dos bens de sua cesta de consumo.
- IV. Bens inferiores são aqueles em que geralmente o valor absoluto do efeito renda é menor que o do efeito substituição.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

52. A curva de demanda de um determinado bem é dada pela função contínua:  $Q = 800 P^{-1}$ .

Em consequência,

- (A) se o preço de mercado diminuir, haverá um aumento da quantidade procurada do bem, mas o dispêndio total do consumidor com o bem permanecerá inalterado.
- (B) se o preço de mercado aumentar, haverá uma diminuição da quantidade procurada do bem e do dispêndio total do consumidor com esse bem.
- (C) se o preço de mercado diminuir, haverá um aumento da quantidade procurada do bem e do dispêndio total do consumidor com esse bem.
- (D) a curva de demanda é inelástica qualquer que seja o preço praticado no mercado.
- (E) a curva de demanda é elástica qualquer que seja o preço praticado no mercado.

53. Em uma função de produção microeconômica tipo Cobb-Douglas, a quantidade do produto  $Q$  é expressa pelos seguintes parâmetros em relação às quantidades dos fatores de produção trabalho ( $L$ ) e capital ( $K$ ):

$$Q = L^{0,5} K^{0,5}$$

Essa função apresenta a produtividade marginal decrescente

- (A) de ambos os fatores de produção e economias crescentes de escala.
- (B) de ambos os fatores de produção e economias constantes de escala.
- (C) apenas do fator de produção capital e economias constantes de escala.
- (D) de ambos os fatores de produção e economias decrescentes de escala.
- (E) apenas do fator capital e economias decrescentes de escala.

54. Em relação às tradicionais curvas de custo contínuas de curto prazo de uma empresa, é correto afirmar que a

- (A) curva de custo fixo médio permanece constante, qualquer que seja a quantidade produzida.
- (B) curva de custo variável médio tem a forma da letra U, porque a produtividade marginal do fator de produção variável é estritamente crescente.
- (C) curva de custo marginal é crescente, quando intercepta a curva de custo médio total.
- (D) partir do momento em que a curva de custo marginal passa a ser crescente, idêntico fenômeno ocorre com a curva de custo variável médio.
- (E) partir do momento em que a produtividade marginal do fator de produção variável passa a aumentar, a curva de custo marginal torna-se crescente.



55. Para minimizar problemas de *moral hazard* (*risco moral*), o mecanismo entendido como adequado é
- (A) a concessão de empréstimos a pessoas físicas com consignação em folha de pagamentos.
  - (B) o pagamento de salários fixos para os principais executivos da empresa, independentemente do lucro que a empresa auferir, de modo a lhes garantir tranquilidade em seu trabalho.
  - (C) a dispensa de franquia em seguros de automóveis.
  - (D) o oferecimento de garantia na revenda de automóveis usados.
  - (E) a renovação de seguro de automóveis com desconto para segurados que não sofreram acidentes na vigência do contrato anterior.

56. Com respeito a mercados caracterizados por informação assimétrica, considere:

- I. Uma companhia seguradora deve preocupar-se com a possibilidade de um comprador de uma apólice de seguro de vida ser portador de doença grave. Este é um exemplo clássico de *risco moral* (*moral hazard*).
- II. No mercado de automóveis usados, em que é nítida a assimetria de informação a respeito da qualidade dos veículos à venda, o problema da seleção adversa será diminuído se o vendedor aceitar o carro de volta caso o comprador não fique satisfeito com o desempenho do mesmo em um prazo de seis meses.
- III. As exigências que uma empresa faz quanto ao nível mínimo de educação profissional dos candidatos a um emprego é uma forma de sinalização que ajuda a contornar o problema da informação assimétrica no mercado de trabalho.
- IV. A presença de informações assimétricas nos mercados impõe custos privados aos agentes, porém não provoca desvios de eficiência em relação aos mercados competitivos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

57. Em um mercado de concorrência perfeita,

- (A) se a renda dos consumidores aumenta, dependendo do tipo do bem, é possível que a curva de demanda se desloque para a direita ou para a esquerda de sua posição original.
- (B) a instituição de um imposto sobre vendas implicará aumento do preço de mercado exatamente igual ao valor do imposto, qualquer que seja a elasticidade-preço da demanda.
- (C) há um grande número de pequenos compradores e um pequeno número de grandes vendedores.
- (D) a firma maximizará seus lucros quando seu preço for igual ao seu custo médio de produção.
- (E) os custos fixos da firma são uma variável fundamental para ela decidir qual será a quantidade ótima que deve produzir para vender no mercado.

58. A demanda de mercado de um produto ofertado por um monopolista é dada pela função:

$$P (\text{preço}) = 5.000 - 40 q \quad (q = \text{quantidade demandada})$$

A função de custos de produção (CT) desse monopolista, onde  $q$  representa a quantidade produzida, é:

$$CT = 60.000 + 230 q + 5q^2$$

A quantidade produzida que maximiza o lucro desse monopolista, em unidades, é

- (A) 55.
- (B) 53.
- (C) 62.
- (D) 61.
- (E) 49.



59. Considere as seguintes afirmações sobre mercados de concorrência imperfeita:

- I. A concorrência monopolista é caracterizada pela existência de um grande número de vendedores vendendo produtos heterogêneos.
- II. Na teoria neoclássica do monopólio, a receita marginal de cada unidade vendida é igual ao preço pelo qual é colocada no mercado.
- III. O modelo da curva de demanda quebrada baseia-se na hipótese de que, no mercado oligopolista, os preços das empresas concorrentes são rígidos para cima.
- IV. Na teoria neoclássica do monopólio, a imposição de um tributo específico sobre as vendas do monopolista não altera o preço e a quantidade de equilíbrio do mercado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

60. O mercado de concorrência monopolística de um bem ou serviço é caracterizado por apresentar

- (A) grande número de compradores de produtos homogêneos.
- (B) elevado grau de concentração da produção entre poucos ofertantes.
- (C) grande número de ofertantes de produtos homogêneos.
- (D) pequeno número de ofertantes de produtos similares, mas diferenciados entre si.
- (E) grande número de ofertantes de produtos similares, mas diferenciados entre si.

61. No mercado do bem X existem apenas duas companhias produtoras, a Cia. A e a Cia. B. Em ambas o custo marginal de produção é constante e igual a 40. A quantidade demandada pelos consumidores ( $Q_D$ ) é representada pela função  $Q_D = 300 - 5P$ , onde  $P =$  preço do bem X.

Os duopolistas têm duas estratégias alternativas: vender 30 ou vender 35 unidades no mercado. A matriz de *payoffs* (lucros) das duas empresas para as quatro combinações de estratégias possíveis está reproduzida abaixo:

		B	
		30	35
A	30	(240,240)	(210,245)
	35	(245,210)	(210,210)

É correto afirmar que

- (A) a estratégia dominante para as duas empresas é vender 35 unidades.
- (B) a estratégia dominante para a empresa B é vender 30 unidades.
- (C) não há equilíbrio de Nash para a situação em análise.
- (D) apenas a empresa A tem uma estratégia dominante, que é vender 30 unidades.
- (E) não há estratégia dominante para nenhuma das duas empresas.



62. Sobre externalidades, considere:

- I. As externalidades positivas e negativas somente ocorrem quando se trata da produção dos chamados bens públicos.
- II. Ocorre ineficiência na alocação de recursos para a produção de um bem que possui externalidades negativas quando o custo marginal social de produção é maior que o custo privado.
- III. Os investimentos que as empresas fazem em pesquisa e desenvolvimento de produtos é uma atividade que gera externalidades positivas, fato que justifica que o governo conceda incentivos fiscais a essa atividade.
- IV. Para reduzir a emissão de poluentes, a experiência internacional tem mostrado que, se a entidade reguladora consegue estimar com elevado grau de confiança os custos e benefícios da redução das emissões, a melhor política é um padrão máximo sobre a emissão de poluentes, mesmo quando as empresas tenham custos de redução de poluição bastante diferentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

63. Os seguintes dados foram extraídos das Contas Nacionais de um país (em milhões de unidades monetárias):

Importação de bens e serviços não fatores .....	1.750
Varição de estoques .....	250
Formação bruta de capital fixo.....	2.300
Produto Interno Bruto, a preços de mercado .....	14.700
Exportação de bens e serviços não fatores .....	2.500
Impostos indiretos.....	2.900
Subsídios .....	380

O Consumo Final da Economia (das Famílias e da Administração Pública) nesse país correspondeu, em milhões de unidades monetárias, a

- (A) 11.020.
- (B) 11.400.
- (C) 11.650.
- (D) 14.300.
- (E) 13.920.

64. Em um modelo keynesiano simples, são dadas as seguintes funções:

$$\begin{aligned}C &= 200 + 0,8 Y_d \\I &= 20 + 0,1 Y \\G &= 900 \\X &= 100 \\M &= 100 + 0,04 Y \\T &= 50 + 0,2 Y\end{aligned}$$

onde:

- C = Consumo final das famílias
- $Y_d$  = Renda Disponível
- I = Investimento
- G = Gastos do Governo
- T = Tributação
- X = Exportação de bens e serviços não fatores
- M = Importação de bens e serviços não fatores

Nesse modelo,

- (A) a renda de equilíbrio é 4.000.
- (B) o valor do multiplicador keynesiano dos gastos do governo é 5.
- (C) o governo incorrerá em um déficit fiscal de 130 na renda de equilíbrio.
- (D) o país apresentará superávit na balança de transações correntes, qualquer que seja o valor da renda de equilíbrio.
- (E) o valor do investimento corresponderá a 360 na renda de equilíbrio.



65. No modelo IS-LM para uma economia fechada e com governo, em que a taxa de desemprego esteja acima da taxa natural,
- (A) se os investimentos forem absolutamente inelásticos em relação à taxa de juros, uma política monetária expansionista aumentará o produto e diminuirá a taxa de juros da economia.
  - (B) um aumento dos gastos do governo, tudo o mais permanecendo constante, aumentará o produto e diminuirá a taxa de juros da economia.
  - (C) uma diminuição da oferta monetária provocará uma redução do produto e diminuição da taxa de juros da economia.
  - (D) se a demanda de moeda for absolutamente inelástica em relação à taxa de juros, um aumento dos gastos do governo aumentará o produto da economia.
  - (E) se a função LM for infinitamente elástica em relação à taxa de juros, um aumento dos gastos do governo, tudo o mais constante, aumentará o produto da economia.
- 
66. No modelo IS-LM para uma economia aberta, em que a taxa de desemprego está acima da taxa natural, as taxas de câmbio são flexíveis e há mobilidade perfeita de capitais,
- (A) uma diminuição da tributação, tudo o mais constante, aumentará o produto e a taxa de juros da economia.
  - (B) o resgate de títulos públicos por parte do Banco Central aumentará as importações, se estas forem uma função crescente da renda do país.
  - (C) a prática de uma política fiscal expansiva provocará uma saída líquida de capitais do país.
  - (D) um aumento da oferta monetária provocará uma entrada líquida de capitais no país.
  - (E) somente a política monetária expansiva é eficiente no sentido de aumentar o produto da economia no curto prazo.
- 
67. No modelo IS-LM para uma economia aberta, em que a taxa de desemprego está acima da taxa natural, as taxas de câmbio são fixas e há mobilidade imperfeita de capitais,
- (A) aumentos da oferta monetária pelo Banco Central somente atingem o objetivo de aumentar o produto real da economia se a inclinação da curva BP for maior que a da curva LM.
  - (B) a diminuição da tributação pelo Governo aumenta o nível de produto real da economia, mas em um montante menor do que se a economia fosse fechada, caso a curva BP seja mais inclinada que a curva LM.
  - (C) o aumento dos gastos do Governo atingirá o objetivo de aumentar o nível de produto real da economia, mas apenas no caso de a inclinação da curva BP ser menor que a da curva LM.
  - (D) tanto a política monetária quanto a política fiscal expansivas são incapazes de aumentar o nível de produto real da economia porque as taxas de câmbio são fixas.
  - (E) o resgate de títulos públicos pelo Governo é uma medida eficiente para aumentar o produto real da economia, independentemente da inclinação das curvas BP e LM.
- 
68. O total de meios de pagamento em seu conceito estrito (M1) equivale ao produto da base monetária pelo multiplicador monetário. Tudo o mais constante e supondo-se que a oferta monetária seja exógena, esse multiplicador aumenta quando ocorre
- (A) diminuição da proporção que os encaixes bancários representam do total de depósitos à vista nos bancos comerciais.
  - (B) aumento da proporção de moeda em poder do público em relação ao total dos meios de pagamento.
  - (C) aumento da taxa de redesconto do Banco Central.
  - (D) aumento da velocidade-renda da moeda.
  - (E) diminuição na proporção marginal a consumir da economia.
- 
69. É uma medida de política monetária que objetiva reduzir os meios de pagamento:
- (A) diminuição da taxa de redesconto.
  - (B) aumento da taxa de câmbio fixa, com a conseqüente desvalorização da moeda nacional.
  - (C) diminuição da taxa do depósito compulsório dos bancos comerciais no Banco Central.
  - (D) implementação de operações de venda de títulos públicos por parte do Banco Central.
  - (E) financiamento do aumento de gastos públicos através da emissão de títulos públicos.



70. NÃO constitui uma função **típica** do Banco Central de um país:
- (A) depositário das reservas internacionais do país.
  - (B) banqueiro dos bancos comerciais.
  - (C) supridor de crédito subsidiado para pequenas e médias empresas.
  - (D) emissor de papel-moeda.
  - (E) banqueiro do Tesouro Nacional.
- 
71. A demanda de moeda, na teoria econômica contemporânea, é função
- (A) decrescente da propensão marginal a poupar e crescente da taxa de câmbio da economia.
  - (B) crescente do produto real e do nível de taxa de juros da economia.
  - (C) crescente do produto real e decrescente do nível de taxa de juros da economia.
  - (D) decrescente do produto real e do nível de taxa de juros da economia.
  - (E) decrescente da propensão marginal a consumir e da renda da economia.
- 
72. O Plano Real foi um plano de estabilização que conseguiu efetivamente estancar o processo de hiperinflação no Brasil. Um dos pilares que constituiu a base de seu sucesso foi
- (A) a desvalorização da moeda nacional em relação ao dólar.
  - (B) a restrição imposta às entradas de capitais estrangeiros no país.
  - (C) o congelamento de preços e salários por um período de seis meses, seguido de medidas de estímulo às exportações.
  - (D) a manutenção de um sistema flexível na fixação das taxas de câmbio.
  - (E) a implantação prévia de um sistema de indexação que permitiu o realinhamento dos preços relativos.
- 
73. Em relação à curva de Phillips ampliada pelas expectativas, é correto afirmar que
- (A) choques de oferta não afetam a taxa de inflação, porque nesse modelo a inflação é predominantemente de demanda.
  - (B) a persistência do desemprego abaixo da taxa natural só é possível se a inflação for decrescente e valerem as expectativas adaptativas.
  - (C) não há *trade-off* entre a taxa de inflação e a taxa de desemprego, considerando expectativas adaptativas.
  - (D) uma política de combate à inflação que tenha credibilidade perante os agentes econômicos manterá o nível de desemprego próximo de sua taxa natural, na versão forte da teoria das expectativas racionais.
  - (E) a curva sanciona o uso de políticas fiscais expansionistas para reduzir permanentemente a taxa de desemprego.
- 
74. No modelo de crescimento de Solow, supondo-se que a força de trabalho é constante, que não há progresso tecnológico, e as seguintes relações de comportamento:
- $$y = k^{1/2}$$
- $$s = 40\%$$
- $$d = 5\%$$
- Onde:
- y = produto por trabalhador  
s = taxa de poupança  
d = taxa de depreciação da economia
- O valor do produto por trabalhador no estado estacionário corresponde a
- (A) 4.
  - (B) 8.
  - (C) 16.
  - (D) 64.
  - (E) 2.





Atenção: As questões de números 75 a 79 referem-se a Análise de Projetos.

75. Considere as seguintes assertivas sobre análise econômica de projetos:

- I. Os fluxos de caixa devem ser estimados em base incremental, ou seja, os únicos fluxos relevantes são aqueles decorrentes da aceitação do projeto.
- II. Os efeitos fiscais, na economia de impostos, e quaisquer outros efeitos derivados da aceitação do projeto devem ser considerados.
- III. Os custos passados já gastos não serão recuperados se o projeto não for empreendido. Logo, por não serem incrementais, não devem ser incluídos no fluxo de caixa.
- IV. Os fluxos devidos à financiamento não devem ser incluídos no fluxo de caixa para avaliação da viabilidade econômica do investimento de capital.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

76. É INCORRETO afirmar:

- (A) O fluxo de caixa econômico pode ser operacionalizado da seguinte forma: Fluxo de Caixa Econômico = fluxo operacional após impostos – dispêndio de capital  $\pm$  mudanças no capital de giro + depreciação.
- (B) Em sua forma mais simples, o fluxo econômico-financeiro nos permite estimar a rentabilidade do projeto do ponto de vista do capital próprio, sendo operacionalizado da seguinte forma: Fluxo Econômico-Financeiro = Fluxo de Caixa Econômico + financiamentos – prestações pagas pelo financiamento + benefício fiscal dos juros do financiamento.
- (C) Os custos de oportunidade referem-se ao quanto se deixa de ganhar em prol do investimento se, em vez de aplicados no projeto, os recursos forem aplicados em alternativas de risco similar. Os custos de oportunidade são um reflexo da escassez de recursos, pois, se os recursos fossem limitados, não haveria custo de oportunidade.
- (D) Os custos afundados (*sunk costs*) correspondem a fatores irrecuperáveis ou sem alternativa de uso, em que o custo de oportunidade se iguala a zero.
- (E) A análise de investimento envolve a utilização de dados coletados dos registros contábeis, mas nem todos os dados são relevantes na análise econômica. Convenções contábeis que não envolvem fluxos de caixa devem ser vistas com extrema precaução. No caso da depreciação, amortização e exaustão, deve ser incluído no fluxo econômico unicamente seu impacto fiscal, pois elas representam despesas não caixa.

77. Uma empresa está avaliando a compra de um novo equipamento por R\$ 100.000,00. Estima-se que a vida útil do equipamento seja de 2 anos, que o valor residual de revenda no final do segundo ano seja de R\$ 20.000,00 e que os fluxos líquidos de caixa gerados por este equipamento ao final de cada ano são R\$ 55.000,00 e R\$ 40.500,00, respectivamente. Com base nestas informações e sabendo que a taxa mínima de atratividade é de 10% a.a., a compra do novo equipamento

- (A) apresenta valor presente líquido igual a zero.
- (B) apresenta valor presente líquido positivo.
- (C) apresenta valor presente líquido negativo.
- (D) apresenta taxa interna de retorno acima de 12% a.a..
- (E) é economicamente viável à taxa mínima de atratividade de 8% a.a..

78. Certa alternativa de investimento requer um dispêndio de capital de R\$ 200.000,00 e estima-se que este investimento gere um fluxo líquido de caixa de R\$ 120.000,00, R\$ 100.000,00 e R\$ 80.000,00, respectivamente, ao final de cada um dos próximos 3 anos. Considerando que a empresa consiga reinvestir os dois primeiros fluxos (retornos), até o prazo final do investimento, a uma taxa de 10% a. a., a taxa de retorno (juros compostos) obtida **no período** com este investimento será, nos três anos,

- (A) 33,10%.
- (B) 50,00%.
- (C) 61,00%.
- (D) 67,60%.
- (E) 71,60%.



79. Uma empresa está analisando 3 projetos de investimentos. A seguir são apresentados os respectivos valores presentes líquidos (NPV), e as diferentes taxas de desconto (taxa mínima de atratividade – TMA):

Taxa de desconto – TMA	Projeto A	Projeto B	Projeto C
0%	350,00	200,00	300,00
5%	213,48	75,68	186,14
10%	97,67	(30,13)	87,38
15%	(1,40)	(120,96)	1,04
20%	(86,81)	(199,54)	(75,00)

Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) a taxa interna de retorno do projeto C é maior do que a do projeto A.
- (B) o projeto B é economicamente inviável, para todas as TMA.
- (C) o projeto A é mais rentável que o projeto C, para qualquer TMA.
- (D) os três projetos são economicamente viáveis à TMA de 10% a.a.
- (E) o projeto A apresenta a maior taxa interna de retorno.

**Atenção:** As questões de números 80 a 90 referem-se a Elementos de Finanças e Finanças Públicas.

80. Considere as seguintes informações:

Informação	Empresa A	Empresa B
Passivo circulante	100	210
Liquidez corrente	3,0	2,0
Composição do endividamento	20%	40%
Grau de endividamento (participação de capitais de terceiros)	125%	150%
Retorno sobre o PL	15%	20%

Com base nas informações acima, é correto afirmar que a

- (A) empresa B apurou menor lucro líquido.
- (B) empresa A apresenta maior patrimônio líquido.
- (C) empresa B apresenta maior ativo não circulante.
- (D) maior parte das dívidas da empresa B vence no curto prazo.
- (E) empresa A possui maior montante de recursos de terceiros.

81. Uma pessoa, desejando comprar um carro, realiza uma pesquisa em 3 concessionárias obtendo as seguintes propostas:

Concessionária 1: entrada de \$ 5.800,00 + 1 parcela de \$ 10.609,00 para 30 dias após a entrada.

Concessionária 2: entrada de \$ 6.000,00 + 1 parcela de \$ 10.609,00 para 60 dias após a entrada.

Concessionária 3: entrada de \$ 5.850,00 + 2 parcelas de \$ 5.304,50 para 30 e 60 dias após a entrada.

Sabendo que a taxa de juros compostos é de 3% ao mês,

- (A) a melhor proposta de compra é a da concessionária 1.
- (B) a melhor proposta de compra é a da concessionária 2.
- (C) a melhor proposta de compra é a da concessionária 3.
- (D) as melhores propostas de compra são as das concessionárias 2 e 3.
- (E) as propostas das concessionárias 1, 2 e 3 são equivalentes.



82. A empresa Antecipada S. A. descontou uma duplicata no valor de R\$ 21.632,00, que vencida em 60 dias. A taxa de desconto simples cobrada pela instituição financeira foi de 3% ao mês, "por fora". A instituição cobrou ainda R\$ 334,08, de tarifa bancária. A taxa de juros efetiva mensal cobrada na operação foi de
- (A) 3,00%.  
 (B) 3,50%.  
 (C) 4,00%.  
 (D) 4,50%.  
 (E) 8,16%.

83. Considere as seguintes assertivas sobre a teoria de estrutura a termo de taxa de juros:

- I. Na teoria das expectativas, que conjectura que as taxas de juros de longo prazo devem refletir as taxas de juros de curto prazo no futuro, argumenta-se que a taxa de juro *forward* correspondente a determinado período de tempo no futuro é igual à taxa esperada para títulos zero-cupom naquele período.
- II. Na teoria da segmentação, não há, necessariamente, relação entre as taxas de juro de curto, médio e longo prazos.
- III. Na teoria da preferência pela liquidez, as taxas *forward* devem ser menores que as taxas esperadas para títulos zero-cupom. A hipótese de sustentação é que os investidores preferem preservar sua liquidez e investir seus recursos por curtos períodos de tempo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) II e III, apenas.  
 (D) I e III, apenas.  
 (E) I, II e III.
84. A empresa XYZ S.A. foi analisada por gestores de um fundo de investimento. Foi discutido o seguinte modelo dado pela regressão abaixo em que a Variável Dependente é a série de retornos da empresa e a Variável Independente é a série de retornos de Mercado (IBRX).

RESUMO DOS RESULTADOS				
<b>Estatística de regressão</b>				
R múltiplo	0,82			
R-Quadrado	0,67			
R-quadrado ajustado	0,66			
Erro padrão	0,05			
Observações	40			
ANOVA				
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	0,23	78,01	0,00
Resíduo	38	0,11	4,10	
Total	39	0,33		
<i>Coefficientes</i>				
Interseção	0,026			
Coefficiente Beta	1,436			

Considerando que o CAPM mede o retorno de um ativo comparando-o com um ativo livre de risco e um prêmio de mercado e que esses valores valem 4% e 8%, respectivamente, o retorno do ativo analisado é

- (A) 15,488%.  
 (B) 14,088%.  
 (C) 18,088%.  
 (D) 13,088%.  
 (E) 12,000%.



85. Quanto à definição de Finanças Públicas, considere:

- I. É ciência que estuda as atividades fiscais e não fiscais dos poderes públicos na sua aplicação a empreendimentos de caráter público e privado.
- II. É atividade desempenhada pelos poderes públicos na obtenção de recursos para o cumprimento de suas finalidades.
- III. É atividade desempenhada pelos poderes públicos na aplicação de recursos para o cumprimento de suas finalidades.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

86. Admitindo-se algumas exceções constitucionais, é vedada, em relação ao princípio orçamentário da não afetação, a vinculação de receita a órgão, fundo ou despesa de

- (A) taxas de serviço.
- (B) contribuições.
- (C) impostos.
- (D) empréstimos compulsórios.
- (E) taxas de polícia.

87. São princípios orçamentários:

- I. unidade e universalidade.
- II. não confisco e anualidade.
- III. exclusividade e igualdade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I.
- (E) II e III.

88. É correto afirmar que a classificação das receitas por natureza

- (A) visa identificar a origem do recurso segundo o acontecimento presumido que teria ocasionado o ingresso da receita nos cofres públicos.
- (B) é integrada pelos seguintes níveis: a categoria econômica, a origem e a espécie da receita pública.
- (C) representa o maior nível de detalhamento das informações orçamentárias sobre as receitas públicas.
- (D) é formada por um código numérico de 9 dígitos.
- (E) é utilizada pela maioria dos entes da Federação.

89. Com relação aos tributos, é correto afirmar:

- (A) São considerados receita derivada e têm por finalidade obter recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são correlatas.
- (B) Sujeitam-se aos princípios da reserva legal e da anterioridade da Lei, sem exceções.
- (C) Têm natureza determinada pelo fato gerador da obrigação, sendo relevantes para qualificá-los: a sua denominação e a destinação legal do produto de sua arrecadação.
- (D) As taxas de serviço têm como fato gerador o exercício do poder de polícia, poder disciplinador, por meio do qual o Estado intervém em determinadas atividades, com a finalidade de garantir a ordem e a segurança.
- (E) Preço Público, sinônimo de tarifa, decorre da utilização de serviços obrigatórios que a Administração Pública, de forma direta ou por delegação (concessão ou permissão), coloca à disposição da população.



90. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a competência para legislar sobre direito financeiro e orçamento é
- (A) exclusiva da União.
  - (B) privativa da União, dos Estados e do Distrito Federal.
  - (C) privativa da União.
  - (D) exclusiva da União, dos Estados e do Distrito Federal.
  - (E) concorrente da União, Estados e Distrito Federal.

**Atenção:** As questões de números 91 a 100 referem-se a Estatística.

91. A distribuição dos salários dos 1000 funcionários da companhia A, em número de salários mínimos, está apresentada na tabela abaixo:

Faixa salarial (em número de salários mínimos)	Frequência Absoluta
1  — 3	200
3  — 5	400
5  — 7	200
7  — 9	200

A distância interquartil desses salários, definida por  $Q_3 - Q_1$ , onde  $Q_3$  e  $Q_1$  são, respectivamente, os quartis de ordem 3 e 1, calculados pelo método da interpolação linear, em número de salários mínimos, é

- (A) 2,75.
  - (B) 3,00.
  - (C) 3,25.
  - (D) 3,50.
  - (E) 4,00.
- 
92. Uma urna contém 3 bolas brancas, 4 pretas e 3 amarelas. Desta urna, três bolas são selecionadas ao acaso e com reposição. A probabilidade de que, entre as 3 selecionadas, no máximo duas sejam pretas é
- (A) 0,976.
  - (B) 0,936.
  - (C) 0,875.
  - (D) 0,784.
  - (E) 0,652.
- 
93. Em uma fábrica existem 3 máquinas A, B e C que produzem diariamente 10.000 peças. Sabe-se que A, B e C produzem, respectivamente, 2000, 5000 e 3000 peças. Da produção de A, B e C, respectivamente, 5%,10% e 20% são defeituosas. Seleciona-se uma peça ao acaso e verifica-se que é defeituosa. A probabilidade dela ser proveniente da máquina C é
- (A) 0,20.
  - (B) 0,25.
  - (C) 0,30.
  - (D) 0,40.
  - (E) 0,50.
- 
94. A função de distribuição acumulada da variável aleatória X é dada por:

$$F(x) = \begin{cases} 0, & \text{se } x \leq 0 \\ x^2, & \text{se } 0 < x < 1 \\ 1, & \text{se } x \geq 1 \end{cases}$$

O valor da diferença entre a moda e a média de X é

- (A) 1.
- (B)  $\frac{2}{3}$ .
- (C)  $\frac{1}{2}$ .
- (D)  $\frac{1}{3}$ .
- (E)  $\frac{1}{6}$ .



95. Sabe-se que a variável aleatória  $X$  tem distribuição uniforme contínua no intervalo  $[10, \beta]$ ,  $\beta > 10$ . Sabendo-se que a variância de  $X$  é igual a 3, o valor de  $K$  tal que  $P(X > K) = 0,3$  é
- (A) 14,2.  
(B) 13,8.  
(C) 13,5.  
(D) 13,1.  
(E) 12,8.
- 
96. Baseando-se numa amostra aleatória de 30 observações, foi ajustada a equação de regressão associada ao modelo linear  $y = a+bx+e$ , com soma de quadrados da regressão igual a 1650 e soma de quadrados total 2350. O valor da estatística  $F$  para testar a hipótese  $H_0 : b = 0$  contra  $H_1 : b \neq 0$  é dado por
- (A) 68,36.  
(B) 66,00.  
(C) 55,00.  
(D) 54,29.  
(E) 52,40.
- 

**Atenção:** Para resolver as questões de números 97 a 99, utilize, dentre informações dadas a seguir, as que julgar apropriadas:

Se  $Z$  tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 1) = 0,841; \quad P(Z < 1,64) = 0,95; \quad P(Z < 1,88) = 0,970; \quad P(Z < 2) = 0,977; \quad P(Z < 2,5) = 0,994$$

97. O tempo  $X$  que um indivíduo leva para memorizar determinado material é uma variável aleatória normal com média  $\mu$  minutos e desvio padrão de 7 minutos. Um psicólogo, interessado em estimar  $\mu$ , selecionou uma amostra de  $n$  indivíduos, ao acaso, e observou o valor da estatística  $\bar{X}_n = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n}$ ,  $X_i$  = tempo de memorização do  $i$ -ésimo indivíduo da amostra.
- Desejando-se que o valor observado para  $\bar{X}_n$  não difira de  $\mu$  por mais de 1 minuto com probabilidade de 0,954, o valor de  $n$  deverá ser
- (A) 81.  
(B) 100.  
(C) 144.  
(D) 169.  
(E) 196.
-



98. Duas amostras independentes: a primeira de tamanho 7, extraída de uma população normal com média  $M$  e variância 21; a segunda de tamanho 4, extraída de uma população normal com média  $N$  e variância 24, forneceram médias amostrais dadas respectivamente por 15,8 e 8,3.

Desejando-se testar a hipótese  $H_0 : M = N$  contra  $H_1 : M > N$ , o nível descritivo do teste é dado por

- (A) 0,6%.
- (B) 0,8%.
- (C) 1%.
- (D) 2%.
- (E) 5%.

99. Uma variável aleatória,  $X$ , tem distribuição normal com  $\sigma = 4$ . Se há uma probabilidade de 0,97 de  $X$  ser inferior a 87,52, a probabilidade de  $X$  assumir um valor superior a 76 é

- (A) 0,705.
- (B) 0,800.
- (C) 0,841.
- (D) 0,856.
- (E) 0,865.

100. Relativamente a um modelo de regressão linear com heterocedasticidade considere as seguintes afirmações:

- I. Os estimadores de mínimos quadrados usuais são viciados.
- II. As estimativas das variâncias dos parâmetros permanecem não viciadas.
- III. Os estimadores de mínimos quadrados usuais não terão variância mínima.
- IV. A análise de resíduos é uma das formas de se detectar a existência de heterocedasticidade.

Dentre as afirmações acima, são verdadeiras APENAS

- (A) I, III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.